

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra

CNPJ: 61.699.567/0043-41

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2023. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2023. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor - Presidente da SPDM.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais. Table with 4 columns: ATIVO, PASSIVO, 2022, 2021. Includes sub-sections like Ativo Circulante, Passivo Circulante, Ativo Não Circulante, and Passivo Não Circulante.

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Table with 3 columns: Descrição, Dez/22, Dez/21. Shows cash flow details including Fluxos de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Financiamento.

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Table with 4 columns: Descrição, Dez/22, Dez/21, Dez/21. Shows value added details including Receitas, Retenções, and Valor Adicionado.

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos. Table with 4 columns: Descrição, 2022, 2021, 2020. Shows result comparison for Receita Bruta, Receitas Líquidas, and Despesas Operacionais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2022 e 2021. Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos...

347/2019 por seis meses, iniciando-se em 08 de outubro de 2022 e término em 07 de abril de 2023, a importância global estimada é de R\$ 44.246.639,36 (quarenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos)...

das as informações referentes à Área da Saúde, Área Social e Área Educacional nos termos do artigo 6º da Lei Complementar 187/2021 e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 – (R1), sendo que os valores que têm por origem recursos públicos e os recursos próprios. 2.1 – **Validade da Escrituração Contábil – ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3):** As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais...

Table with 3 columns: Descrição, 31.12.2022, 31.12.2021. Shows balance sheet items like Saldo em Caixa, Saldo em Bancos, and Saldo em Aplicações Financeiras.

Os recursos financeiros são controlados de acordo com a sua natureza (custeio e/ou investimento), permitindo a identificação por tipo de verba (municipal, estadual ou federal), assim como sua origem (identificação do instrumento contratual celebrado).

Table with 3 columns: Distribuição dos Recursos Financeiros - Por Natureza, Tipo de Verba e Origem dos Recursos, Saldo em R\$, Saldo em R\$. Shows distribution for CG N° S-347/2019.

3.2 – **Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Table with 5 columns: Instituição Financeira, Tipo de Aplicação, Rentabilidade, Saldo em, Saldo em. Shows application details for Banco do Brasil and Banco Bradesco.

3.3 – **Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a instituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas.

continua.

3.3.1 – Valores a Receber: Os valores registrados nesta conta em 2022 representam valores a receber de curto prazo, relativo ao contrato de gestão nº S-347/2019 R\$ 23.936.244,54, proveniente da Secretaria Municipal da Saúde em parceria com a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra. **3.3.2 – Valores em Negociação Contrato/Convênio:** Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a Instituição se valeu da Norma NBC – ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, Item 17 e 27 (d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da Instituição. A Instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da Entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. Os valores constantes nesta conta representam o resultado da execução dos contratos/convênios no período de 2013 a 2019 que representou um déficit operacional que a unidade gerenciada pretende recuperar até o encerramento do instrumento ou quando ocorrer a renovação do Plano de Trabalho acordado com o órgão concedente. **3.4 – Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da Instituição. **3.4.1 – Antecipação de Férias:** A Instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145, o pagamento da remuneração das férias e se for o caso, o do abono referido. No Artigo 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.2 – Outros Créditos e Adiantamentos:** O respectivo saldo representa R\$ 37.120,98 em 31.12.2022 e representam valores a título de crédito rela-

tivos a pagamentos de outros adiantamentos efetuados para atividade operacional dos serviços de saúde. **3.5 – Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatados até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2022 são de R\$ 564.547,26.

Tipo	31/12/2022	31/12/2021
Materiais utilizados no setor de Nutrição	76.171,83	84.117,61
Materiais utilizados no setor de Farmácia	161.092,59	395.517,72
Materiais de Almoxarifado	320.369,05	391.341,95
Materiais de Terceiros	6.913,79	774,00
Total	564.547,26	871.751,28

3.5.1 – Materiais de Terceiros em nosso Poder: Materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. **3.6 – Imobilizado – Bens de Terceiros:** O imobilizado dos PSMTS está composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contrato de gestão, para os quais possuímos documentos de permissão de uso.

Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:
Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2022:

Descrição	Posição em 31/12/2022	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2021
Imobilizado-Bens de Terceiros	6.348.944,08	291.980,80	0,00	6.056.963,28
Bens Móveis	6.305.580,13	291.980,80	0,00	6.013.599,33
Aparelhos Equipamento Utensílios Médico Odontológicos Laboratóriais	2.901.927,08	19.150,00	0,00	2.882.777,08
Equipamento Processamento de Dados	675.931,44	1.411,81	0,00	674.519,63
Mobiliário em Geral	1.602.994,40	59.346,00	0,00	1.543.648,40
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	778.569,16	182.594,54	0,00	595.974,62
Aparelhos de Medição	17.788,01	0,00	0,00	17.788,01
Aparelhos e Utensílios Domésticos	138.957,37	14.569,40	0,00	124.387,97
Máquinas e Equipamentos de Natureza Indl	82.392,75	0,00	0,00	82.392,75
Equipamento p/Áudio Vídeo e Foto	45.940,27	0,00	0,00	45.940,27
Máquinas Ferram e Utensílios de Oficina	39.088,60	0,00	0,00	39.088,60
Outros Materiais Permanentes	21.991,05	14909,05	0,00	7.082,00
Intangível Bens de Terceiros	43.363,95	0,00	0,00	43.363,95
Software	43.363,95	0,00	0,00	43.363,95
Total Imobilizado - Terceiros	6.348.944,08	291.980,80	0,00	6.056.963,28

Descrição	Posição em 31/12/2022	Baixa	Ajuste Vida Útil	Posição em 31/12/2021	%
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(5.205.551,95)	0,00	(555.561,02)	(4.649.990,93)	
Bens Móveis	(5.169.982,52)	0,00	(550.638,26)	(4.619.344,26)	
Aparelhos Equipamento Utensílios Médico Odontológicos Laboratóriais	(2.521.504,80)	0,00	(288.943,52)	(2.232.561,28)	10
Equipamento Processamento de Dados	(673.136,26)	0,00	(2.338,86)	(670.797,40)	20
Mobiliário em Geral	(1.241.456,86)	0,00	(156.637,65)	(1.084.819,21)	10
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(498.078,35)	0,00	(69.193,82)	(428.884,53)	10
Aparelhos de Medição	(13.762,88)	0,00	(1.778,88)	(11.984,00)	10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(92.457,90)	0,00	(13.375,52)	(79.082,38)	10
Máquinas e Equipamento de Natureza Indl	(55.334,94)	0,00	(8.239,20)	(47.095,74)	10
Equipamento p/Áudio Vídeo e Foto	(37.342,08)	0,00	(4.593,84)	(32.748,24)	10
Máquinas Ferram e Utensílios de Oficina	(30.123,27)	0,00	(3.908,76)	(26.214,51)	10
Outros Materiais Permanentes	(6.785,18)	0,00	(1.628,21)	(5.156,97)	10
Ajustes Software	(35.569,43)	0,00	(4.922,76)	(30.646,67)	
Software	(35.569,43)	0,00	(4.922,76)	(30.646,67)	20
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(5.205.551,95)	0,00	(555.561,02)	(4.649.990,93)	

3.6.1 – Ajuste Vida Útil Econômica – Bens Móveis: A Instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.6 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.7 – Fornecedores:** As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.8 – Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela Instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços gerais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria e limpeza. **3.9 – Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A Instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.10 – Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS. **3.11 – Provisões de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.12 – Empréstimos a Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A Instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2022 representa R\$ 156.653,73. **3.13 – Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT. **3.14 – Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do Artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2022 referente aos impostos citados acima foi de R\$ 452.814,89 e em 2021 foi de R\$ 337.797,33. **3.15 – Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da Instituição. **3.16 – Convênios /**

Contratos Público a Realizar (Circulante): De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2022 representa R\$ 21.954.838,50 (vinte e um milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos). **3.17 – Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.17.1 – Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em virtude da característica de gestão de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. O valor para as contingências cuja probabilidade de perda era tida como "provável" foi de R\$ 872.219,16 (oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e dezenove reais e dezesseis centavos). O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 2.922.000,00 (dois milhões, novecentos e vinte e dois mil reais). Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2.022, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Houve contingências para aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" no montante de R\$ 5.531,10 (cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e dez centavos), e para ações em que a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 4.123.341,20 (quatro milhões cento e vinte e três mil, trezentos e quarenta e um reais e vinte centavos).

4 – Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de notas fiscais e recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais.

4.1 – Das Receitas Operacionais: Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da Instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais - Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 – Rendimentos sobre Aplicação Financeira – Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2022 tais valores representam o montante de R\$ 235.184,42. **4.2 – Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos da Instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à Instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 Doações Recebidas em Bens e Mercadorias:** No exercício de 2022 a unidade gerenciada recebeu o valor de R\$ 6.019,51 (seis mil, dezenove reais e cinquenta e um centavos) a título de doações em mercadorias as quais os utilizam no desenvolvimento de suas atividades. **4.4 – Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistência Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2022, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipal, Estadual e Federal conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0043-41	Natureza e Tipo de Verba	Valor Global (R\$)
Origem dos Recursos		
Contrato de Gestão nº S-347/2019	Custeio - Verba Municipal	63.058.206,33
Contrato de Gestão nº S-347/2019	Custeio - Verba Federal	15.364.004,81
Contrato de Gestão nº S-347/2019	Custeio - Verba Estadual	353.809,16
Contrato de Gestão nº S-347/2019	Investimento - Verba Municipal	644.726,35
Total		79.420.746,65

5 – Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMLP - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2022 e 2021, respectivamente. **6 – Resultado Operacional – Subvenção:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 79.618.095,51; acrescidas de outras receitas no valor de R\$ 310.575,21; e deduzidas das despesas e custos operacionais na ordem de R\$ 84.551.002,62; encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ (4.622.331,90). **6.1 Ênfase ao Resultado:** O PSMTS apurou no exercício de 2022, um déficit de R\$ 4.622.331,90. Esse desequilíbrio pode estar associado, ao aumento da demanda, ausência de recursos ou reajustes inflacionários para cobertura de dissídios e outros custos/despesas, itens influentes para o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Cabe ressaltar também, que neste ano, todos nós ainda enfrentamos o reflexo social e econômico da pandemia do COVID-19, entretanto, a SPDM tem tomado iniciativas na redução de custos e despesas com pessoal, materiais e medicamentos, para assim, reverter este cenário nos próximos anos. **7 – Das Disposições da Lei Complementar 187 de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneros com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde,

continua

SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra								
Passivo Contingências								
Trabalhista			Cível			Tributária		
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
5.531,10	4.123.341,20	0,00	872.219,16	2.922.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

...continuação

deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2022 a seguinte produção:

Produção de 2022 - PSMTS		
Detalhe Original	Ano 2021	Ano 2022
Internações	4.719	4.175
Nº de Cirurgias (Cesária, Laqueadura e curetagem)	467	464
nº de Partos	767	573
Saída Hospitalar	4.756	4.214
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	672.544	790.250
SADT - Total	194.948	228.340

Relatório de Execução do Contrato de Gestão – 2022 – PSMTS						
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total do Ano	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Atendimento Urgência / Emergência	250.800	204.605	250.800	197.575	501.600	402.180
Saídas Hospitalares	2.340	2.562	2.340	2.033	4.680	4.595

9 – Contribuições Sociais: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar Nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016

8 – Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Relatório de Execução Orçamentária - 2022		
Receitas	Custeio	Investimento
Repasse Contrato de Gestão/Convênio	78.776.020,30	644.726,35
Receitas Financeiras	235.184,42	
Outras Receitas	45.113,71	
Total de Receitas	79.056.318,43	644.726,35
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	37.409.796,86	
Serviços de Terceiros	34.878.938,86	
Materiais e Medicamentos	6.709.403,28	455.036,70
Outras Despesas	96.669,54	
Total de Despesas	79.094.808,54	455.036,70

para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as isenções usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2022 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 11.880.041,51 (onze milhões, oitocentos e oitenta mil, quarenta e um reais e cinquenta e um centavos). **9.1 – Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2022, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica o montante de R\$ 9.018.738,22 (nove milhões, dezoito mil, setecentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos). **9.2 – Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício de 2022 foi de R\$ 2.534.268,36 (dois milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos). **9.3 – Isenção do PIS sobre a Folha de Pagamento:** A Entidade usufruiu da isenção do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2022 R\$ 327.034,93 (trezentos e vinte e sete mil, trinta e quatro reais e noventa e três centavos). **10 – Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2022, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.215,21 (dois mil, duzentos e quinze reais e vinte e um centavos). **11 – Exercício Social:** Conforme estabelece o Artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Taboão da Serra, 31 de Dezembro de 2022.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor - Presidente da SPDM

Dr. Bráulio de Melo Araujo - Diretor Técnico

Lucieni Mauro - Contadora - CRC 1SP 260.424/O-5

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é res-

ponsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 31 de março de 2023. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3**, Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.